

DA ESCRAVIDÃO PARA O TRABALHO DOMÉSTICO NO BRASIL: AS DESIGUALDADES ENTRE AS MULHERES BRANCAS E NEGRAS À LUZ DO FEMINISMO NEGRO E DA DISCRIMINAÇÃO INTERSECCIONAL

Fernanda da Silva Lima¹

Larissa de Fáveri Mattei²

Universidade do Extremo Sul Catarinense - UNESC

RESUMO

É possível afirmar que os estudos feministas iniciaram no final do século XIX e início do século XX, buscando principalmente o reconhecimento do papel da mulher na sociedade. No entanto, a percepção de que o movimento feminista, ao estudar as mulheres dentro de uma concepção universal de direitos humanos, negou a existência de diferenças determinantes entre as lutas das mulheres, como ressalta a terceira onda do movimento feminista, resultando em lutas diferenciados, por exemplo, entre mulheres brancas e negras, mulheres ricas e pobres, mulheres negras pobres, como evidencia o estudo da interseccionalidade. Dentro de um mesmo debate, por exemplo, mulheres negras eram atingidas de uma forma diversa das mulheres branca. Enquanto uma passa pelos problemas do sexismo, outra além de ser submetida ao mesmo problema também sofre com racismo. A presente pesquisa tem como principal objetivo assinalar justamente essa diferença e apresenta a seguinte problemática: É possível afirmar que as desigualdades sociais entre mulheres negras e brancas, principalmente no que se refere ao mercado de trabalho – em especial o doméstico, é resquício da ausência de transição para as mulheres negras, da escravidão para o trabalho assalariado e ainda, como consequência da discriminação interseccional por ser mulher e por ser negra? O

¹ Doutora e Mestre em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina. Bacharel em direito pela Universidade do Extremo Sul Catarinense (2007). Professora no Programa de Pós-Graduação em Direito da Unesc (Mestrado em Direito). Professora titular da disciplina de Direitos Humanos na UNESC. Integrante do Núcleo de Estudos Jurídicos e Sociais da Criança e do Adolescente (NEJUSCA/UFSC). Integrante do Núcleo de Estudos em Direitos Humanos e Cidadania (NUPEC/UNESC). Pesquisadora na área de Direito Público com linha de pesquisa em Relações étnico-raciais, feminismo negro e políticas públicas de promoção da igualdade racial; Direito da Criança e do Adolescente e políticas públicas. E-mail: fernandalima@unesc.net

² Acadêmica do Curso de Direito pela Universidade do Extremo Sul Catarinense. Integrante do Núcleo de Estudos em Direitos Humanos e Cidadania (NUPEC/UNESC). Pesquisadora na área de Direito Público com linha de pesquisa em feminismo negro e políticas públicas de promoção da igualdade racial; Direito da Criança e do Adolescente e políticas públicas E-mail: larissafmattei@hotmail.com

Realização:

Apoio:



estudo tem como objetivo retratar como essa situação a qual se encontram as mulheres negras deve ser reconhecida nas lutas pautadas pelo feminismo, principalmente no que tange ao feminismo negro, a fim de que se quebre a ideia de que há as mesmas oportunidades entre mulheres e homens com relação ao mercado de trabalho, mas também que há desproporcionalidade com relação a mulheres brancas e mulheres negras. Para este estudo é importante (a) estudar as relações raciais no Brasil contemporâneo, incluindo os fenômenos do racismo, do preconceito e da discriminação racial; (b) conhecer as teorias feministas, incluindo as suas três ondas teóricas, principalmente a terceira, em que se situa o feminismo da diferença; (c) analisar os indicadores sociais no que se refere ao mercado de trabalho, especificamente o doméstico, por classificação salarial, por critérios raciais, gênero e idade. Nesta pesquisa será utilizado o método indutivo, envolvendo a técnica de pesquisa da documentação indireta, uma vez que o trabalho se baseia também em pesquisa bibliográfica e documental, e como método de procedimento, o monográfico. Esta pesquisa é financiada pelo Programa de Iniciação Científica PIBIC/CNPq/UNESC.

Palavras-chave: Discriminação interseccional; Feminismo; Igualdade Racial.

INTRODUÇÃO

É possível afirmar que os estudos feministas iniciaram no final do século XIX e início do século XX, buscando principalmente o reconhecimento do papel da mulher na sociedade. No Brasil, o movimento de mulheres também reivindicava à construção de uma sociedade mais igualitária para homens e mulheres, pois era latente na sociedade brasileira a exclusão social da mulher.

Pode-se dizer que os estudos sobre o feminismo se desdobram em pelo menos três ondas teóricas para compreender a luta das mulheres por direitos. A primeira onda, compreendida entre o século XIX e XX, visava a luta das mulheres por igualdade de direitos políticos. A segunda onda começou no início da década de 1960, e estudiosas sugerem que foi uma continuidade da primeira onda. A segunda onda do movimento feminista preocupou-se não apenas em denunciar a subordinação feminina na sociedade, mas compreender e teorizar sobre este processo. A segunda onda lutou por uma vida melhor, mais justa e igualitária para as mulheres. Já a terceira onda é também conhecida como o feminismo da diferença, tendo como

Realização:



Apoio:



DTP Departamento de
Teoria e Prática
da Educação



grande expoente a autora Judith Butler, que compreendeu que o discurso universal é excludente, e responsável, por exemplo, por excluir mulheres negras e pobres.

Assim, a terceira onda se consolidou a intersecção do feminismo não mais como uma luta única, mas sim, reconhecendo as diferenças entre as mulheres e buscando suprir todo e qualquer tipo de opressão.

Por isso, é importante ressaltar, que além das diferenças entre homens e mulheres, também há um processo de desigualdades que se formam entre as próprias mulheres. O sistema de escravidão desumanizava as mulheres negras de forma que estas nunca foram vistas como o “sexo fraco”, nem remetidas à imagem de esposas e donas de casa.

Neste contexto, as mulheres negras, antes ainda marginalizadas, ganharam seu local de fala e começaram a denunciar as gritantes perseguições que sofriam não só com o sexismo, mas também com o racismo. Só por ser mulher o mundo do trabalho já trazia as desigualdades de cargos e de salários comparadas aos homens. E por ser mulher negra as desigualdades ocorrem não apenas perante os homens, mas também perante as próprias mulheres brancas.

Os resquícios do período escravocrata trazem consigo a dificuldade da inserção da mulher negra na sociedade até hoje, de modo que o subemprego virou uma alternativa para que conseguissem sobreviver na sociedade.

A presente pesquisa tem como principal objetivo assinalar justamente essa diferença e apresenta a seguinte problemática: É possível afirmar que as desigualdades sociais entre mulheres negras e brancas, principalmente no que se refere ao mercado de trabalho – em especial o doméstico, é resquício da ausência de transição para as mulheres negras, da escravidão para o trabalho assalariado e ainda, como consequência da discriminação interseccional por ser mulher e por ser negra?

O estudo tem como objetivo retratar como essa situação a qual se encontram as mulheres negras deve ser reconhecida nas lutas pautadas pelo feminismo,

Realização:



Apoio:



principalmente no que tange ao feminismo negro, a fim de que se quebre a ideia de que há as mesmas oportunidades entre mulheres e homens com relação ao mercado de trabalho, mas também que há desproporcionalidade com relação a mulheres brancas e mulheres negras. Para este estudo é importante (a) estudar as relações raciais no Brasil contemporâneo, incluindo os fenômenos do racismo, do preconceito e da discriminação racial; (b) conhecer as teorias feministas, incluindo as suas três ondas teóricas, principalmente a terceira, em que se situa o feminismo da diferença; (c) analisar os indicadores sociais no que se refere ao mercado de trabalho, especificamente o doméstico, por classificação salarial, por critérios raciais, gênero e idade.

Nesta pesquisa será utilizado o método indutivo, envolvendo a técnica de pesquisa da documentação indireta, uma vez que o trabalho se baseia também em pesquisa bibliográfica e documental, e como método de procedimento, o monográfico. Esta pesquisa é financiada pelo Programa de Iniciação Científica PIBIC/CNPq/UNESC.

FEMINISMO NO BRASIL E NO MUNDO

Reduzir o termo feminismo em uma definição única é, de um modo geral, uma tarefa difícil de se estabelecer, uma vez que se trata de um termo com bases históricas muito complexas e de contínua expansão. Porém, é sucinto dizer que o feminismo se trata do rompimento de um ciclo de desigualdades sociais visando a superação, principalmente, da opressão da mulher.

Segundo Alves e Pitanguy (1987, p. 8): “[...] o feminismo procurou, em sua prática enquanto movimento, superar as formas de organização tradicionais permeadas pela assimetria e pelo autoritarismo.”

Isto é, tomando consciência de que as relações entre as pessoas (independente de classe, gênero, cor, sexualidade) sempre carregaram consigo componentes de poder e hierarquia, o feminismo busca justamente quebrar o vínculo de superioridade que uma parte tem sobre a outra nas relações interpessoais.

Realização:



Apoio:



DTP Departamento de
Teoria e Prática
da Educação



Contextualizando essa definição em períodos históricos, pode-se dizer que a mulher surgiu pela primeira vez como sujeito político na Revolução Francesa, datada entre 1789 a 1799. Neste período, as mulheres buscavam a participação ativa na vida pública nos campos do trabalho, educação e da representatividade política. Com o crescimento do movimento feminista e da luta por igualdade de direitos, as mulheres encontraram muita resistência pela sociedade burguesa, principalmente homens, interessados em proibir reuniões dos clubes de mulheres, posicionando-se contra o divórcio e ao direito do amor livre, reafirmando a posição do homem como chefe de família e a submissão das mulheres e os demais membros da família.

Até a segunda metade dos anos de 1800, a igualdade de direito entre homens e mulheres no que tange aos direitos políticos, ao trabalho, a educação e a igualdade salarial, era o tema central das mobilizações femininas.

Apesar das mulheres contarem com o apoio do movimento dos trabalhadores na maioria de suas reivindicações, foi particularmente, com relação ao direito ao trabalho que houve maior resistência. Inclusive em 1866, no congresso da Internacional dos Trabalhadores os delegados foram contrários ao trabalho feminino. Esta decisão provocou reação imediata das mulheres socialistas que intensificaram as manifestações e as petições públicas e fundaram a primeira associação feminista, chamada de Liga das Mulheres, em 1868 (Gurgel, 2010, pg. 02)

Trazendo o feminismo para o Brasil as mulheres tiveram seu primeiro contato com a luta de gênero no século XIX com a Criação do Partido Republicano Feminista, criado pela baiana Leolinda Daltro, e a Associação Feminista, de cunho anarquista e que teve fortes influencias nas greves operárias de 1918 em São Paulo (COSTA, 2005, p. 12). Nesta primeira fase as lutas eram voltadas para temas relacionados ao direito de voto e à vida pública e foi chamada de “primeira onda”, que durou até o início do século XX. Ainda, em 1922, a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino foi criada com a meta de lutar pelo sufrágio feminino e ao direito de não precisar autorização do marido para trabalhar.

Uma importante militante do período que podemos citar é Berta Lutz, que segundo Blay, reuniu mulheres da burguesia na luta pelo direito ao voto, e inclusive, espalharam panfletos de avião sobre o Rio de Janeiro reivindicando o voto feminino no início dos anos 20; além disso, deputados federais e senadores foram pressionados por elas, chegando suas exigências até o então presidente Getúlio Vargas (LEVATTI, 2011, pg. 02/03)

Realização:



Apoio:



Somente em 1933, o direito ao voto foi conquistado pelas mulheres e assegurado pela constituição em 1934, concedido pelo então presidente Getúlio Vargas. Porém, o exercício deste direito só ocorreu de fato nas eleições de 1945, na queda da ditadura Getulista. Com o objetivo conquistado, a mobilização das mulheres perdeu força e com o golpe militar, em 1964, os movimentos das mulheres foram silenciados e massacrados.

De forma contínua, a “segunda onda” teve início nos anos 70 e é um movimento com ideias novas e de grande expansão mundial. O primeiro grupo que se tem notícia foi formado em 1972, sobretudo por professoras universitárias. Em 1975 surge o jornal Brasil Mulher, editado primeiramente no Paraná e depois transferido para a capital paulista e que circulou até 1980. Os meios de comunicação foram uma importante ferramenta nesta segunda onda pelas feministas para divulgação das temáticas do movimento.

Continha uma proposta principalmente voltada a construção cultural como influência nas desigualdades. Este movimento é movido por obras como as da autora Simone de Beauvoir, com o livro “O segundo sexo”, onde se difundiu a ideia proposta de que “não se nasce mulher, torna-se”. A criação cultura do “masculino” e do “feminino” cria a ideia de que a mulher é voltada para a procriação, portanto ao mundo interno, e o homem ao mundo externo, reafirmando que ambos possuem papéis opostos na sociedade, como destaca as autoras Alves e Pintaguy (1985, p. 55):

O “masculino” e o “feminino” são criações culturais e, como tal, são comportamentos apreendidos através do processo de socialização que condiciona diferentemente os sexos para cumprirem funções sociais específicas e diversas. Essa aprendizagem é um processo social. Aprendemos a ser homens e mulheres e a aceitar como “naturais” as relações de poder entre os sexo

Esse grupo lutou por reivindicações de direitos considerados básicos as mulheres, que como bem elencaram as autoras Alves e Pintaguy, em algumas categorias: Sexualidade e Violência, Saúde, Ideologia, Formação Profissional e Mercado de Trabalho (1985, pg. 59).

No que tange a Sexualidade e Violência o movimento feminista denunciou a objetificação do corpo da mulher como mero instrumento de prazer, satisfação do

Realização:



Apoio:



homem e procriação, e principalmente a violência gerada pela opressão masculina (estupros, assassinatos e espancamentos). O movimento lutou para que a mulher pudesse ter liberdade sexual e a busca da satisfação do próprio prazer e a opção de escolha da maternidade. Pautas como o aborto foram levantadas e advogadas com afinco.

A saúde da mulher também foi uma das pautas levantadas neste período, e se entendia que era preciso haver conhecimento do próprio corpo para que não houvesse a perda sobre as suas funções, tais como a menstruação, a reprodução, as relações sexuais, o controle da natalidade, a menopausa, e etc.

Em questão da ideologia, as autoras Alves e Pintaguy destacam:

O movimento feminista procura, portanto, através de uma nova ação pedagógica, demonstrar como os livros didáticos reproduzem a imagem tradicional da mulher e confirmam a diferenciação de papéis tanto no lar quanto na esfera profissional [...] Demonstrar como as histórias infantis também reproduzem os papéis diferenciados [...] Demonstrar como a publicidade reforça essa divisão sexual dos papéis sociais, além de manipular o corpo da mulher como objeto de consumo. O que se procura, em suma, é denunciar, desvendar e transformar a construção social da imagem da mulher (1985, pg. 63/64)

Por fim, a formação profissional e mercado de trabalho são quesitos de transformação voltadas na luta feminista. O movimento feminista levantou a bandeira de que a mulher tem o direito de funções iguais, salários iguais e oportunidades iguais. Trazendo o valor da mulher com principal enfoque e tirando a mulher do exclusivo âmbito doméstico. Isto porque, houve a preocupação com a dupla jornada de trabalho que obrigaria as mulheres além das responsabilidades profissionais, ter as responsabilidades da casa. A proposta era a divisão com o homem, no que tange aos encargos domésticos e também políticas públicas que pudessem oportunizar a mulher melhores condições de ingresso no mercado de trabalho.

Chegando aos períodos atuais, a terceira onda veio com o intuito de recuperar as falhas que não conseguiram ser supridas pelo movimento daquela época. Ao mesmo tempo, em 1970, nos Estados Unidos, as mulheres negras começaram a denunciar a sua invisibilidade nas reivindicações do movimento feminista. Autoras como Angela Davis e Judith Butler, vieram por fim, salientar que os discursos

Realização:

Apoio:



universais feministas eram excludentes, visto que mulheres de diferentes classes e raças sofriam com as opressões em níveis distintos. Denunciaram, então, um feminismo voltado a mulheres brancas e de classe média e que não representavam as mulheres em sua totalidade, gerando um novo tipo de opressão. (DAVIS, 2016) Judith Butler ainda criticou o conceito de mulher como sujeito do feminismo, visto que sugeriu a desnaturalização do gênero e do modelo binário. (MACHADO, 2010) Como Ribeiro (2014, apud Harding, 1993, p.7) destacou, a proposta de Judith Butler foi o maior enfoque da terceira onda:

Pode-se dizer que Problemas de gênero de Butler, é um dos grandes marcos teóricos dessa terceira onda, assim como o Segundo sexo de Simone de Beauvoir foi para a segunda. Segundo Harding, “as pesquisas acadêmicas voltadas às questões feministas esforçaram-se inicialmente em estender e reinterpretar as categorias de diversos discursos teóricos de modo a tornar as atividades e relações sociais das mulheres analiticamente visíveis no âmbito das diferentes tradições intelectuais”. Além disso, seu início foi ainda marcado pelo compromisso acadêmico direcionado à causa da emancipação das mulheres. Faz-se importante ressaltar que não existe apenas um enfoque feminista, há diversidade quanto às posições ideológicas, abordagens e perspectivas adotadas, assim como há grupos diversos, com posturas e ações diferentes

Apesar do movimento feminista lutar de forma igual pela quebra do padrão patriarcal como molde da sociedade, questionando principalmente a subordinação a qual as mulheres são submetidas, o feminismo interseccional começou a tomar uma forma mais conexa e suas vertentes tornaram-se mais evidentes, sendo caracterizadas de acordo com os melhores interesses aos diferentes tipos de opressões sofridos pelas mulheres.

FEMINISMO PARA MULHERES NEGRAS

O conceito de interseccionalidade, foi primeiramente utilizado por Kimberlé Crenshaw, que visava mostrar como a “não divisão” do feminismo em categorias específicas trazia uma invisibilidade para a mulher negra na luta de igualdade entre gêneros e conseqüentemente uma opressão talvez ainda mais grave. Crenshaw (2002, p. 8) em uma de suas muitas obras destaca:

Gosto de começar mencionando que a interseccionalidade pode servir de ponte entre diversas instituições e eventos e entre questões

Realização:



Apoio:



de gênero e de raça nos discursos acerca dos direitos humanos – uma vez que parte do projeto da interseccionalidade visa incluir questões raciais nos debates sobre gênero e direitos humanos e incluir questões de gênero nos debates sobre raça e direitos humanos. Ele procura também desenvolver uma maior proximidade entre diversas instituições

Com o início da intersecção do feminismo em vertentes, uma das lutas que começou a ganhar bastante destaque e proporção foi a das mulheres negras. Isto porque, a invisibilidade que essas mulheres viviam era alarmante e ao mesmo tempo pouco evidenciada. As mulheres negras sofriam problemas com o sexismo, com o machismo e, muitas vezes, somada a discriminação de classe e a discriminação de raça.

O feminismo, de uma maneira geral, conseguia suprir apenas as necessidades universais das mulheres, que de certa forma era um movimento voltado a mulheres brancas e de classe média, não levando em conta as outras formas de opressão. Neste espaço, onde é explícita a dificuldade de articular esses dois movimentos aos conceitos existentes, pois ambos superaram a ideia de classe, o movimento negro de forma geral também não esteve atendo aos anseios das mulheres negras, passando elas, neste movimento, também por um processo de invisibilidade de suas lutas.

A mulher negra sempre necessitou estar inserida na luta por melhores condições de existência e isto se dava através de diversas formas de organização, desde o período escravista, no pós-abolição e até os dias atuais, com organizações que nem sempre se acomodaram nos moldes formais, mas que sempre foram constantes (Raimundo, Gehlen e Almeida, 2016, pg. 3)

É mais do que lógico destacar que o período escravocrata desumanizou as mulheres negras, colocando-as em uma posição de objetos de trabalho e sexuais. Enraizado em sua história, o papel da mulher negra é negado na formação da cultura nacional, sendo que desde a escravidão continuam invisíveis para a sociedade.

As mulheres negras raramente se esforçavam para serem fracas; elas tinham de se transformar em fortes, para as suas famílias e comunidades que precisavam da sua força para sobreviver. Evidências das forças acumuladas das mulheres negras forjadas pelo trabalho, trabalho e mais trabalho podem ser descobertas nas contribuições de muitas espantosas mulheres negras líderes que emergiram na comunidade negra (Davis, 1982, pg. 164)

Realização:



Apoio:



DTP Departamento de
Teoria e Prática
da Educação



Pelas dificuldades de acesso a uma formação adequada para a sua inserção ao mercado de trabalho, resta à mulher negra, em muitas situações, o trabalho informal ou o trabalho doméstico, justamente porque, considerando este último, a racionalidade social ainda não desvinculou a imagem da mulher negra escrava atrelada ao trabalho servil, e principalmente, ao trabalho doméstico.

Estas ações se explicam na associação da necessidade de participar do mercado de trabalho e a realidade socioeconômica em que a população negra vive no Brasil. Ou seja, as meninas negras deixam de estudar, para ajudar na renda familiar, atuando muitas vezes em trabalhos domésticos de forma precoce. (CUSTÓDIO; VERONESE, 2009)

As dificuldades das mulheres negras em crescer profissionalmente também dão conta a sua condição social, principalmente a educação, que é uma das formas de se conseguir o destaque e mobilidade social de diversos seguimentos. Deste modo, o mercado de trabalho informal, ou formal, principalmente na área doméstica, tornou-se a rota de fuga de muitas mulheres negras que buscam o sustento de sua família.

As mulheres negras sempre precisam de um grau de escolaridade maior para poderem ter um espaço no mercado de trabalho, mas esta inserção não melhora suas condições significativamente, uma vez que continuam com salários inferiores aos homens e mulheres brancas, e continuam ocupando postos de trabalhos também inferiores. Incorporar a perspectiva de gênero na análise de questões raciais, por exemplo, possibilita um entendimento maior deste problema e a investigação dos fatos específicos, responsáveis por violações dos direitos humanos que atingem mulheres negras.

Para compreender melhor esta situação, um estudo realizado na cidade de Criciúma/SC, realizado pelo IBGE em 2010, com um total de 4.416 pessoas, sendo que desse total 4.173 eram mulheres, mostrou como é na prática a discriminação das mulheres. Ainda que haja uma colonização europeia na região a qual há mais brancos com relação ao número de negros, o número de domésticas negras foi relativamente alto. De 4.173 mulheres domésticas, 28,43% são negras e 16,18%

Realização:



Apoio:



DTP Departamento de
Teoria e Prática
da Educação



são pardas³. Verifica-se ainda que 72,41% das entrevistadas negras possuem CTPS assinada e 27,59% das trabalhadoras negras não tem CTPS assinada.

Ainda, o entrevistador concluiu que:

Das negras entrevistadas 13,79% terminaram o ensino fundamental, 8,62% não completaram o ensino médio e por fim 17,24% concluíram o ensino médio. Nenhuma das entrevistadas negras ou pardas tem ensino superior. A maioria das entrevistadas pardas concluíram o ensino médio totalizando 24,24%, as pardas com o ensino médio incompleto correspondem a 3,03%, e por fim as trabalhadoras domésticas pardas com até o ensino fundamental completo representam 12,12% (RITA, 2013, pg.64)

A diferença com relação a estudo, salário e cargos só comprova que a profissão de doméstica remete ao período escravocrata brasileiro e as profundas marcas relacionadas a esse período refletem negativamente no modo em que as empregadas domésticas e a sociedade se relacionam com a profissão, principalmente no que tange as domésticas negras.

A pesquisa está em estágio final, aguardando apenas a tabulação dos dados levantados a partir dos indicadores sociais, e tem como premissa descortinar a invisibilidade das mulheres negras, tanto nas teorias feministas como na vida cotidiana, perceber que são elas, as mulheres negras, vítimas de um amplo processo discriminação, cujos efeitos são percebidos em todos os âmbitos, mas em especial no mundo do trabalho, quebrando a ideia de que a batalha do movimento feminista de diferentes classes e raças, é única, uma vez que sofrem diferentes tipos de opressões que devem ser analisadas e entendidas individualmente. Que esta pesquisa possa resultar na possibilidade de investimento em políticas públicas que garantam a igualdade racial e igualdade de direitos para as mulheres negras no país.

REFERÊNCIAS

³ Nos levantamentos estatísticos, segundo as informações metodológicas utilizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, o critério utilizado para a definição/atribuição das pessoas por cor, é o sistema da autodeclaração. Para o IBGE compreendem-se como pessoas negras aquelas que se autodeclararam pretas e pardas.

Realização:

Apoio:





ALVES, Branca Moreira, PITANGUY, Jacqueline. O que é FEMINISMO. São Paulo : Ed. Abril cultural : Brasiliense, 1985.

COSTA, Ana Alice Alcantara. O MOVIMENTO FEMINISTA NO BRASIL: Dinâmicas de uma Intervenção Política. **Gênero**. Niterói, v. 5, n. 2, p. 9-35, 1. sem. 2005

CRENSHAW, Kimberle W. A interseccionalidade na discriminação de raça e gênero. In: VV.AA. **Cruzamento: raça e gênero**. Brasília: Unifem. 2004

CUSTÓDIO, André Viana; VERONESE, Josiane Rose Petry. **Crianças esquecidas: o trabalho infantil doméstico no Brasil**. Curitiba: Multidéia, 2009.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. Trad. Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2016.

GURGEL, Telma. FEMINISMO E LUTA DE CLASSE: História, Movimento e Desafios Teórico-Políticos do Feminismo na Contemporaneidade. Disponível em: <<http://www.mulheresprogressistas.org/AudioVideo/FEMINISMO%20E%20LUTA%20DE%20CLASSE.pdf>> Acesso em 20/03/2017;

HIRATA, Helena. Interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. **Tempo Social, revista de sociologia da USP**, v. 26, n. 1, p. 61-73, jun, 2014.

LEVATTI, Giovanna Eleutério. Um breve olhar acerca do Movimento Feminista. Disponível em: <http://www.ufscar.br/cis/wp-content/uploads/Um-Breve-Olhar-acerca-do-Movimento-Feminista_Giovanna-Levatti.pdf> Acesso em: 20/03/2017;

MACHADO, Isadora Vier. **Adolescentes institucionalizadas** : um estudo sobre proteção integral e gênero no Centro de Socioeducação da região de Ponta-Grossa-PR. 183 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências Jurídicas, Programa de Pós-Graduação em Direito, Florianópolis, 2010.

Realização:



Apoio:



DTP Departamento de Teoria e Prática da Educação



RAIMUNDO, Valdenice José; GEHLEN, Vitória; ALMEIDA, Daniela. Mulher negra: inserção nos movimentos sociais feminista e negro. Disponível em:

<<https://negrasoulblog.files.wordpress.com/2016/04/mulher-negra-inserc3a7c3a3o-nos-movimentos-sociais-feminista-e-negro-valdenice-josc3a9-raimundo-vitc3b3ria-gehlen-e-daniely-almeida.pdf>> Acesso em: 05/04/2017;

RIBEIRO, Djamila. As diversas ondas do feminismo acadêmico. Disponível em:

<<http://www.cartacapital.com.br/blogs/escritorio-feminista/feminismo-academico-9622.html>> Acesso em: 20/03/2017;

RITA, Paula Cristina; ZANELATTO, João Henrique. Trabalho Doméstico no município de Criciúma revelado em números. Disponível em:

<<http://periodicos.unesc.net/seminariocsa/article/viewFile/1536/1461>> Acesso em: 05/04/2017.

ABSTRACT

It is possible to affirm that the feminist studies began in the late nineteenth and early twentieth century, mainly seeking recognition of the role of women in society. However, the perception that the feminist movement, studying women within a universal conception of human rights, denied the existence of determining differences between women's struggles, as the third wave of the feminist movement emphasizes, resulting in different struggles, for example, between white and black women, rich and poor women, poor black women, as evidenced by the study of intersectionality. Within a single debate, for example, black women were hit in a different way from white women. While one goes through the problems of sexism, another besides being subjected to the same problem also suffers with racism. It is possible to affirm that the social inequalities between black and white women, especially with regard to the labor market - especially the domestic - is a remnant of the absence of Transition to black women, from slavery to paid work, and as a consequence of intersectional discrimination for being a woman and being black? The study aims to portray how this situation of black women should be recognized in the struggles of feminism, especially in relation to black feminism, in order to break the idea that there are the same opportunities between women and Men in relation to the labor market, but also that there is disproportionality with regard to white women and black women. For this study it is important (a) to study race relations in contemporary Brazil, including the phenomena of racism, prejudice and racial discrimination; (B) know the feminist theories, including its three theoretical waves,

Realização:



Apoio:



DTP Departamento de
Teoria e Prática
da Educação





especially the third, in which lies the feminism of difference; (C) to analyze social indicators with regard to the labor market, specifically domestic, by salary classification, by racial criteria, gender and age. In this research will be used the inductive method, involving the research technique of indirect documentation, since the work is also based on bibliographic and documentary research, and as a method of procedure, the monographic. This research is funded Scientific Initiation Program by the PIBIC / CNPq / UNESCO.

Keywords: Intersectional discrimination; Feminism; Racial equality.

Realização:



Apoio:



DTP Departamento de
Teoria e Prática
da Educação

